



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PEC 015/15 - TORNA PERMANENTE O FUNDEB/EDUCAÇÃO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0991/17	DATA: 08/08/2017	
LOCAL: Plenário 9 das Comissões	INÍCIO: 11h18min	TÉRMINO: 12h47min	PÁGINAS: 33

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ELIAS DINIZ - Vice-Presidente da Frente Nacional de Prefeitos — FNP.
FRANÇOIS EUGENE JEAN DE BREMAEKER - Gestor do Observatório de Informações Municipais.

SUMÁRIO

Debate sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação — FUNDEB, efeito redistributivo e cooperação entre os entes federados no setor educacional: análise da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2015, e sugestões para o aprimoramento de seu texto. Deliberação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 15-A, de 2015, que torna permanente o FUNDEB/Educação.

Encontram-se à disposição dos membros cópias das atas das 13ª e 14ª reuniões, realizadas em 20 e 29 de junho de 2017.

Pergunto se há necessidade de leitura das referentes atas. *(Pausa.)*

Não havendo discordância, fica dispensada a leitura das atas.

Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas as atas.

A Ordem do Dia prevê a realização de audiência pública e deliberação de requerimentos.

Vamos dar início à audiência pública, convidando para tomar assento à Mesa o Sr. Elias Diniz, Vice-Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, e o Sr. François Eugene Jean de Bremaeker, gestor do Observatório de Informações Municipais.

Informo que esta audiência atende ao Requerimento nº 3, de 2016, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, subscrito pela Deputada Raquel Muniz, tendo como tema *FUNDEB, Efeito Redistributivo e Cooperação entre os Entes Federados no Setor Educacional: Análise da PEC nº 15, de 2015, e Sugestões para o Aprimoramento de seu Texto.*

Antes de passar a palavra aos convidados, peço atenção quanto aos procedimentos a serem adotados durante a audiência.

Inicialmente, será concedida a palavra aos convidados por 20 minutos para suas exposições. Logo após, será concedida a palavra aos Deputados, seguindo a ordem de inscrição, os quais terão 3 minutos para interpelações e considerações, tendo o convidado o mesmo prazo para a resposta, sendo ainda facultada a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo de 3 minutos.

Ao fim das intervenções dos Parlamentares, será concedida a palavra por 3 minutos para que os consultores legislativos desta Casa possam se manifestar.

As perguntas serão feitas ao final da palestra e deverão restringir-se ao assunto da exposição.



A lista de inscrição para os debates encontra-se à disposição dos Srs. Deputados na mesa de apoio.

Passo a palavra ao Sr. Elias Diniz, Vice-Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, por 20 minutos.

O SR. ELIAS DINIZ - Bom dia a todos.

Presidente Thiago, agradeço pelo convite. Dr. Francois, agradeço ao senhor por colaborar conosco nesta caminhada.

O Presidente Jonas, da Frente Nacional de Prefeitos, pediu que o representássemos no sentido de colaborar com a discussão de um tema tão importante. Este Fundo vem ao encontro das necessidades da Federação, uma vez que ele é tripartite e envolve a União, os Estados e os Municípios.

Como é sabido, o País passa por uma crise delicada. Isso traz reflexos aos nossos Municípios. Eles não estão tendo recursos necessários para dar manutenção em seus aparelhos. Consequentemente, nós precisamos estar atentos ao plano que envolve o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE.

Nós temos a responsabilidade de direcionar 60% de recursos à manutenção do magistério e 40% às despesas operacionais. O maior problema que nós enfrentamos é com a composição do Fundo de Participação, do ICMS — Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços e de vários outros tributos.

Nessa composição, Sr. Presidente, há uma linearidade de despesas operacionais fixas ao seu quadro e aos seus aparelhos. Porém, há um problema sério: só no exercício de 2016, houve uma queda significativa do Fundo de Participação. Como dar manutenção de acordo com o que preconiza a legislação? Este está sendo o nosso desafio. Como trabalhar se há uma queda expressiva no ICMS? Os prefeitos estão sofrendo com isso.

Nós temos que investir, no mínimo, 25% na educação e 15% na saúde. Há uma inversão nesse processo. Hoje, o Estado de Minas Gerais tem 853 Municípios. Segundo a média, desses 853 Municípios, nenhum deles consegue investir menos do que 30% na saúde. A saúde hoje é superior à educação! Há uma inversão de valores.



Voltando ao tema do Fundo, nós precisamos, sim, trabalhar a educação como prioridade. A educação, querendo ou não, é a alavanca do desenvolvimento. Nós temos que trabalhar a linearização no processo, ou seja, investimento *versus* qualidade.

Se formos acompanhar a meta do IDEB — Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, nos últimos anos, veremos que estamos conseguindo atingi-la. O que me preocupa é a linearização significativa no fundamental I e II e uma queda no ensino médio. No ensino médio, essa meta poderia ser maior do que planejamos.

Eu estava discutindo ainda há pouco com alguns companheiros que, no Brasil, nós estamos alcançando o IDEB, porém, quanto ao PISA — Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, nós caímos três posições. Crescemos no IDEB e caímos no PISA!

Esse é um cenário contraditório, Deputada Dorinha. Nós precisamos rever as nossas metodologias junto ao Fundo, para possibilitar uma capacitação ainda maior para o nosso educador.

Nós temos professores da geração 1.0, 2.0 e 3.0 e alunos da geração 3.0, que têm, na sua base de conhecimento, bases tecnológicas. Mas os nossos aparelhos ainda não estão equipados com essa base tecnológica para trabalharmos habilidades e conhecimentos. Na verdade, precisamos investir. O Fundo precisa desta conversão: proposta pedagógica e qualidade no desenvolvimento.

Diante disso, o que nós precisamos fazer? Precisamos interagir dentro do Estado.

Ainda há pouco, comentamos que o Estado de Minas Gerais é um Estado com diversos brasis: a região sudeste tem uma característica; a região norte, outra; e a sul, outra. O professor da região norte tem uma característica quanto à metodologia pedagógica aplicada que tem que ser respeitada. Dentro da composição do PNE — Plano Nacional de Educação e dos parâmetros curriculares nacionais, 70% têm que de fato ser trabalhado. Nos 30% restantes, trabalha-se a regionalização.

Mas esse investimento da região tem que ser aplicado de forma coerente. Nós temos hoje, salvo engano, 2.554 *per capita*. Porém, o custo operacional é superior a 3 mil, principalmente no ensino infantil. A complementação de 10%,



conforme proposta na lei, não é suficiente, e o Governo não está atendendo a esse número. Portanto, a Frente Nacional pede ao Governo, como complementação, que esse índice seja superior a 10%, para podermos atender aos nossos Municípios.

Quanto à elaboração e ao implemento em si, tem que ser defendida a participação dos prefeitos junto à Comissão Intergovernamental. Nós precisamos disso! Quem conhece, de fato, a situação do Município é o prefeito. O prefeito tem que trabalhar estratégias de planejamento, que envolvem um conjunto de fatores, como assistência social, saúde, educação, infraestrutura. Quer dizer, é um conjunto de variáveis. Quando buscamos esse conjunto de variáveis junto à equação do Estado, observamos algumas particularidades interessantes.

Para complementar o Fundo, leva-se em consideração o número de habitantes, porém em escalas. O processo de escala não é fracionado. Há escalas diferentes, por exemplo: 5 mil habitantes, 50 mil habitantes, 100 mil habitantes. No caso de um Município que tenha 95 mil habitantes, a equação dentro do processo joga para baixo o seu resultado de ganho como complementação do Fundo. O que acontece com o Município? Ele não consegue arcar com a complementação desse valor. Essa é uma situação que precisa ser estudada.

O Custo Aluno-Qualidade tem que ser um pouco mais discutido. Conforme falei, há três gerações de educadores. A geração 1.0 — vamos chamá-la assim — tem que ser apoiada, porque, quando se fala de bases tecnológicas, ou seja, do implemento de algumas tecnologias, existe uma resistência. Nós temos que ser realistas! Mas essa resistência tem que ser mostrada de forma progressiva, gradativa. Dentro da implementação do Fundo, essa capacitação tem que ser explicitada. Muito mais do que explicitada, tem que ser mantida, porque já está colocado lá o Custo Aluno-Qualidade.

Outro detalhe que precisamos discutir é algo que está na Lei nº 11.738, de 2008: ao invés de prever prazos para fixação do piso salarial, a lei é que disporá sobre ele. Nós temos que olhar isso com muito carinho.

O que significa isso? Significa que hoje boa parte dos Municípios não consegue pagar o piso salarial. Se se ajustar o processo, ele recai na improbidade administrativa, porque ele vai tentar fazer a complementação e vai ultrapassar os



54%. O que fazer? O Estado tem que simplesmente complementar a diferença, caso contrário, não vamos obter êxito nesse processo.

Outro assunto que também precisa ser discutido com carinho é os 40% complementares para as despesas envolvendo manutenção dos nossos aparelhos.

Olhem que interessante: eu posso construir uma creche, uma escola. O dinheiro pode ser aplicado para aquele fim, não há problema algum. Só que houve uma inversão na pirâmide do Brasil. Se observarmos, vemos que o índice de crianças que está entrando no ensino fundamental I diminuiu significativamente. Em algumas cidades, há um número inferior aos exercícios anteriores. Daqui a pouco, nós vamos ter aparelhos, elefantes brancos, vamos dizer assim, com uma taxa de ocupação de 40% a 50%, porém com um custo operacional lá em cima, porque temos que manter a equipe funcionando. As despesas são fixas. Então, é preciso compartilhar essa base de dados.

O Ministério da Educação, juntamente com o IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, precisa fazer um novo alinhamento. Aproveito o momento para dizer que o IBGE não está complementando as pesquisas de 5 em 5 anos, como é necessário. Estamos trabalhando por estimativa.

Deputada, a senhora já imaginou trabalhar por estimativa? Vamos considerar uma cidade com 90 mil, 100 mil habitantes ou que já tenha passado desse número. Como ela trabalha com metodologia, com um reflexo menor, isso cai. Resultado: quando eu pego o meu valor *per capita*, vejo que estou com um coeficiente menor. Quem vai ter que complementar isso? O Município é que vai ter que complementar isso.

Concluindo este primeiro momento, algo que precisa ser trabalhado é a questão da nova proposta do ensino médio. Eu não enxerguei no FUNDEB — Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação a complementação da proposta interdisciplinar no ensino médio ou profissionalizante.

Bem, se a proposta é trabalhar os dois ciclos, o ensino médio e o profissionalizante, o custeio do profissionalizante precisa ser trabalhado, e os nossos aparelhos precisam estar equipados para que possamos de fato atender a essa demanda; caso contrário, a metodologia será cuspe e giz. As escolas precisam estar



equipadas com laboratórios de acordo com o lado vocacional de cada cidade ou Estado, para que de fato possamos ter uma curva crescente.

Ainda há pouco comentei também sobre a evolução do ensino profissionalizante, que é a base para que as pessoas deem continuidade inclusive ao superior de forma concomitante.

Na década de 70, o Parecer nº 45, de 1972, veio de encontro ao incentivo do lado profissionalizante juntamente com os ensinos fundamental e médio.

Depois, foi criada a Lei nº 9.394, de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O Ministro Paulo Renato, juntamente com toda a equipe, foi muito feliz, quando criou uma proposta dentro de um plano decenal. O resultado está aí: temos uma curva crescente. Precisamos melhorar muito, mas já temos uma curva crescente.

Porém, no ano 2000, houve novamente o desacoplamento do ensino profissionalizante do ensino médio, que deixaram de ser concomitantes. Naquela época, todos os números apontavam que, com a prática do ensino profissionalizante concomitante com o ensino médio, o resultado era muito maior do que se imaginava, devido às habilidades e competências das pessoas de trabalharem o abstrato com o concreto.

No entanto, o que aconteceu? Gerou-se novamente uma lacuna. É claro que o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego — PRONATEC estava aí, buscando uma boa base de formação profissionalizante e enquadrando alguns alunos no mercado de trabalho. Concomitantemente, esses alunos trabalhavam e estudavam. Em todas as escolas que trabalharam o processo concomitante, o resultado do aluno foi bem melhor.

Fico feliz de a nova proposta do ensino médio trabalhar novamente a concomitância. A questão é: temos fundo para complementar os nossos aparelhos? De fato, a curva era crescente no fundamental I e no fundamental II, e os indicadores do IDEB estavam totalmente coerentes. Só que, quando consideramos o ensino médio, verificamos nova curva. Se eu trabalho a concomitância do ensino médio com o profissionalizante, essa curva sobe. Nós temos que trabalhar isso, mas precisamos de recursos.



A Frente Nacional de Prefeitos propõe a complementação do Fundo para que as escolas sejam aparelhadas no ensino médio; a questão custo/qualidade seja trabalhada nos ensinos fundamental I e fundamental II, envolvendo a proposta pedagógica; e toda uma matriz de conhecimento seja direcionada, para que possamos continuar investindo na capacitação dos nossos educadores.

E, mais do que isso, a Frente continua defendendo que haja participação dos prefeitos. Eles precisam participar da Comissão Intergovernamental, porque nós que estamos nos Municípios passamos por situações diversas. No segundo semestre, Deputado, trabalhamos com o achismo. Vou dar um exemplo aos senhores: 20% dos recursos da repatriação são para o FUNDEB. Vou dar um dado básico: para um Município com índice 3,0, a previsão de repasse seria de praticamente 5 milhões de reais. Os senhores têm noção de quanto vem para o Município? *(Pausa.)* Apenas 5% desse montante, ou seja, 250 mil reais, menos 4 milhões e 750 mil reais.

Para trabalhar com esse cenário, um prefeito que tinha feito, entre aspas, um “planejamento”, uma previsibilidade, de repente vai ter que mudar toda a sua estratégia, inclusive na educação, porque aquele era um recurso da educação também. Cerca de 1 milhão de reais era para a educação e 1 milhão era para a formação dos educadores, e de repente ele não tem mais isso.

Com o ICMS acontece o mesmo procedimento. A queda das empresas — vimos aí uma desindustrialização de forma significativa — nos afetou também. E com o que o Município tem que trabalhar? O Município trabalha com IPVA, com IPTU, e, ao mesmo tempo, tem que atender significativamente ao que nós chamamos, Deputada, de judicialização na área da saúde. O recurso poderia estar indo para a educação.

Ficam aqui, então, as nossas considerações no sentido de que haja uma reflexão para que possamos ajustar essas metodologias. E, mais do que isso, com o encerramento do FUNDEB em 2020, acho que nós precisamos dar continuidade ao debate.

Deputada Raquel Muniz, eu a parablenizo. O projeto em si precisa de pequenas adequações, mas eu o vejo com bons olhos. Ele foi muito bem elaborado, muito bem estudado. A Mesa só precisa fazer algumas adequações para darmos o



ponto final. Vamos lá, Sr. Presidente, eu tenho certeza de que a Mesa vai dar continuidade aos nossos assuntos.

A Frente Nacional de Prefeitos, através do nosso Presidente Jonas, agradece pela nossa participação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Elias, nós é que agradecemos a sua contribuição. Sem dúvida nenhuma, quando se fala em financiamento, a parte mais frágil é o Município. Existe uma desproporção na divisão de investimentos em educação entre os Municípios, os Estados e, especialmente, o Governo Federal. Acho que nós temos aqui uma boa oportunidade para fazer esse debate e propor um novo modelo que garanta o FUNDEB, mas com a divisão adequada de participação. Muito obrigado.

Concedo a palavra à Deputada Raquel Muniz.

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Sr. Presidente, quero saudar o François e o Elias.

Eu estava participando da abertura de um seminário, uma iniciativa conjunta de várias Comissões, representando a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Mas, como tudo o que foi dito aqui está registrado na nossa Comissão, vou acompanhar a fala do Elias. Quero agradecer-lhe por apoiar a nossa proposição. Com certeza, vamos avaliar suas observações.

Saúdo também os Vereadores Waguim e João Henrique, que vieram de Brasilândia de Minas, em Minas Gerais, e estão aqui participando da Comissão. Eles também apoiam o FUNDEB, porque sabem da sua importância para aquele Município, assim como para todos os Municípios brasileiros.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Obrigado, Deputada Raquel Muniz.

Passo a palavra agora ao Sr. François Eugene Jean de Bremaeker, gestor do Observatório de Informações Municipais, por 20 minutos.

O SR. FRANÇOIS EUGENE JEAN DE BREMAEKER - Boa tarde a todos.

Nós trouxemos alguns dados para ilustrar.

(Segue-se exibição de imagens.)



Nós temos aqui a distribuição da receita *per capita* dos Municípios nas regiões, por grupos de habitantes.

Destacamos, por exemplo, que a média, em 2015, era de 2.809 reais. Colocamos em vermelho todos os grupos de habitantes que estão abaixo da média nacional. Não é difícil ver que as Regiões Norte e Nordeste são aquelas que apresentam maiores problemas em termos de arrecadação — são as mais baixas. Na Região Sudeste, há apenas um grupo, de 10 mil a 20 mil habitantes; na Região Sul, há apenas um grupo, de 50 mil a 100 mil habitantes; e na Região Centro-Oeste, há três grupos que apresentam valores abaixo da média.

Isso mostra que, em termos de distribuição das receitas, os Municípios de menor porte demográfico têm uma participação *per capita* maior, principalmente em função do Fundo de Participação dos Municípios. Até 10.188 habitantes, o valor repassado é o mesmo para cada um dos Estados. Obviamente que, quanto menor o tamanho do Município ou da população, o valor *per capita* se eleva. Vemos que esses valores *per capita* vão diminuindo no Brasil até a faixa de 20 mil a 50 mil habitantes. Depois, voltam novamente a crescer e dão um salto nos dois grandes Municípios, São Paulo e Rio de Janeiro, em termos de valores *per capita*.

A descida vai até 50 mil a 100 mil habitantes na Região Norte. Na Região Nordeste, vai até os Municípios de 100 mil a 200 mil habitantes. Então, o problema se agrava um pouco mais em Municípios de maior porte. A Região Sudeste é a que apresenta melhor situação. Depois, vêm a Região Sul e a Região Centro-Oeste, que apresentam estas distribuições.

Aqui nós temos a distribuição dos Municípios por grupos de habitantes, para termos uma ideia de como é a distribuição dos Municípios pelo porte demográfico.

No Brasil, as duas faixas que concentram a maior quantidade de Município é a de 10 mil a 20 mil habitantes, com 24%; a de 5 mil a 10 mil habitantes, com 21,8%; e, logo a seguir, a de 2 mil a 5 mil habitantes, com 20%.

As Regiões Norte e Nordeste apresentam menos Municípios de menor porte demográfico, ou seja, a maior participação vem daqueles Municípios entre 10 mil e 50 mil habitantes. Na Região Sudeste, ficamos entre 5 mil e 10 mil habitantes e, nas Regiões Sul e Centro-Oeste, entre 2 mil e 10 mil habitantes.



Se nós, arbitrariamente, considerarmos Municípios pequenos até 10 mil habitantes — e aqui nós temos praticamente 48% dos Municípios do País —, médios de 10 mil a 50 mil habitantes e grandes de mais de 50 mil habitantes, veremos que nas Regiões Sul e Centro-Oeste todos são Municípios pequenos, com população muito pequena. Os Municípios nas Regiões Norte e Nordeste são, digamos, de médio porte. Na Região Sudeste, há um Município na faixa de pequeno e outro na faixa de médio, o que mostra que até entre as regiões há disparidades entre os portes demográficos dos Municípios.

O outro quadro mostra a distribuição da receita tributária dos Municípios numa concentração de 100%. Em todas as regiões, vemos uma forte concentração da receita tributária nos Municípios de grande porte. Obviamente, o grosso da receita tributária de um Município ou é o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza — ISS ou o Imposto Predial e Territorial Urbano — IPTU, que são os dois grandes tributos municipais responsáveis por 85% da sua arrecadação. Como são impostos eminentemente urbanos, quanto mais urbano é o Município, maior é seu porte demográfico e a sua arrecadação.

Quando se diz que Município pequeno não gosta de arrecadar, eu digo que, na verdade, ele não tem muita base para fazer isso. Então, os Municípios pequenos obviamente ficam muito fragilizados na sua receita tributária.

Aqui nós temos os encargos dos Municípios na área da educação. Mostramos como evoluiu a responsabilização dos Municípios.

Em 1983, com a Emenda Constitucional nº 24, os Municípios passaram a ter que aplicar, no mínimo, 25% dos seus impostos na área da educação. Com a Constituição de 1988, além das receitas de impostos, também se previram as receitas de transferências constitucionais.

Mais adiante, houve a transição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério — FUNDEF para o FUNDEB. Houve um aumento de 37% dos recursos alocados para o novo FUNDEB e um aumento de 62% do número de alunos. Obviamente, esse número de alunos cresceu muito mais nos Estados que foram incorporados com o ensino médio. Os Municípios se viram com menos recursos e tiveram que tirá-los do seu Tesouro para



complementar a falta de recursos *per capita* que veio do FUNDEB, para conseguir manter a qualidade do ensino com o que eles tinham naquele momento.

Outro dado interessante é o crescimento das matrículas entre 2008 e 2012: a pré-escola cresceu 59%; o ensino fundamental cresceu 37% — foi o que menos cresceu, porque já tinha quase que uma universalização das matrículas no fundamental; e o ensino médio cresceu 232%. Isso mostra a pressão que se produziu no FUNDEB em relação ao ensino médio.

Outro item é o piso salarial nacional dos professores. Como se falou aqui, a maior parte dos Municípios não consegue pagar o piso, que, inclusive, cresce muito mais do que o próprio Fundo de Participação dos Municípios — FPM, que é a principal fonte de receita de 81% dos Municípios do Brasil. Então, quando a receita do FPM vai mal, os Municípios também vão mal.

Foram criados o Programa Criança Feliz e o Programa das Creches, o Brasil Carinhoso. Então, criam-se programas e obrigações para os Municípios. E onde estão as receitas? Elas praticamente se mantêm nos Municípios.

Temos aqui o efeito do FUNDEB, atualmente, nas finanças dos Municípios, ou seja, o saldo entre os débitos e créditos do FUNDEB. O que nós vemos é que praticamente 31% do conjunto de Municípios brasileiros têm um déficit nesse saldo entre créditos e débitos do FUNDEB. Significa que 31% dos Municípios brasileiros têm perda do que sai e do que retorna do FUNDEB. Na Região Norte, por exemplo, são 9% e, na Nordeste, apenas 3%. Essas são as duas regiões que têm complementação de recursos da União. Na Região Sudeste, são 45%; na Centro-Oeste, 46%; e, em mais da metade dos Municípios da Região Sul, 54%. Em Santa Catarina, Paraná e principalmente no Rio Grande do Sul, há uma grande quantidade de Municípios com menos de 10 mil habitantes.

Se nós olharmos dentro dessa perda os Municípios que têm menos de 10 mil habitantes, vemos que praticamente 80% do conjunto daqueles que perdem têm menos de 10 mil habitantes. Como o *per capita* do FPM é grande — inclusive nos Municípios muito pequenos o *per capita* do ICMS acaba sendo grande —, eles perdem 20% desses recursos. Pelo fato de terem uma pequena população, com menos alunos, o que entra de volta é pouco. Então, o impacto é muito grande. Mesmo sendo poucos Municípios na Região Norte e Nordeste, respectivamente 85%



e 74% deles têm menos de 10 mil habitantes. Quer dizer, nem a complementação da União permite que eles sejam superavitários. As outras regiões, de modo geral, estão em torno da média: praticamente 80% dos Municípios têm menos de 10 mil habitantes.

Vamos ver agora a concentração da receita tributária nos Municípios das capitais.

Em 2015, o valor global foi de 97 bilhões de reais. Praticamente dois terços dessa receita estão no Sudeste, obviamente influenciada por São Paulo e Rio de Janeiro, que provocam essa concentração.

A participação da receita tributária frente à receita total do Município é de 17%. Nas Regiões Norte e Nordeste, ela é abaixo de 10%. Essas regiões são aquelas que têm uma capacidade menor de arrecadação. No Sul e no Centro-Oeste, a participação é um pouco acima de 10%. Na Região Sudeste, onde há maior participação, é 22%.

Se nós olharmos a concentração da receita tributária das capitais, ou seja, dos 26 Municípios — o Distrito Federal está fora —, nós temos uma média de todas as regiões, à exceção da Sul, de quase 48%. Há, portanto, uma concentração muito forte somente nos Municípios das capitais. Se colocarmos os Municípios com mais de 100 mil habitantes, chegaremos a quase 90% de concentração da receita tributária.

No conjunto desses dados, para tornar o FUNDEB mais justo — naquilo que há, a justiça que existe no FUNDEB, como era ou é no FUNDEB, a filosofia —, que se contemple o número de alunos e se dê mais recursos àqueles que têm. Se nós quisermos ser mais justos na distribuição dos recursos, acreditamos que a inclusão também das receitas de impostos dos Municípios na base de cálculo do FUNDEB aliviaria, principalmente, os Municípios de pequeno porte, que passariam a perder menos recursos. Quer dizer, que haja inclusão das receitas tributárias, das receitas de impostos dos Municípios.

Quando foi feita a transição do FUNDEF para o FUNDEB acrescentaram-se todos os impostos estaduais, mas nenhum imposto municipal foi incluído, o que deu naquela época um diferencial entre 37% dos recursos e 62% dos alunos. Isso se agravou ainda mais quando fizeram os coeficientes de distribuição do ensino



fundamental, que era de 1,05 e, do ensino médio, de 1,20 ou 1,25. Então, essas diferenças fizeram-se notar bastante. Com isso, acreditamos que conseguiríamos fazer um pouco mais de justiça, principalmente, com os Municípios muito pequenos.

Por fim, apenas por curiosidade, temos dados que foram levantados nas funções. Em 1972, Educação e Cultura vinham juntas, não existia a separação, tanto é que hoje, na Educação, o MEC ainda possui o "C" de Cultura. Tínhamos, em média, no Brasil, 13% dos recursos da receita orçamentária. Não é o cálculo da receita corrente líquida ou coisa que valha, nós tínhamos 13% de recursos aplicados em educação. Eu usei 2012, não haveria muita diferença para 2015, apenas para fazer os 40 anos. Depois da evolução de todas aquelas obrigações que foram ampliadas, os Municípios passaram a aplicar um pouco mais do que o dobro dos recursos na educação.

As participações nas Regiões Norte e Nordeste foram até mais elevadas, tiveram que aplicar mais recursos em educação. Por curiosidade, temos saúde e saneamento, que eram duas funções juntas, em que os Municípios aplicavam, na época, 5,5% das suas receitas orçamentárias, e passam, hoje em dia, a aplicar 25%. Ou seja, multiplicou por 5 o gasto dos Municípios ou a aplicação de recursos dos Municípios na área da saúde. Se nós somarmos saúde e educação, engessamos os Municípios em mais da metade dos recursos municipais, que estão contingenciados. Se tirarmos a cultura e o saneamento, a participação chega muito próxima a 50%.

Esses são alguns dados, algumas informações, e a nossa sugestão é no sentido de que também sejam incorporados os impostos municipais nessa base de recursos dos Municípios.

Para fazer uma rápida propaganda, informo que o Observatório de Informações Municipais é uma página que existe na Internet na qual fornecemos informações, estudos, artigos sobre a distribuição do FPM por Município e as estimativas do Tesouro a cada trimestre. Nós temos esta página que é muito consultada pelos Municípios e pelas Câmaras Municipais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Obrigado, François, pela sua participação. Acho que sua contribuição reforça, com dados muito contundentes,



o que o Elias já tinha dito anteriormente. É muito bom haver dados na mesa para discutir isso. Uma coisa é opinião, outra coisa é ter dados concretos.

Agora, vamos passar a palavra aos Deputados inscritos. Com a palavra a Professora Dorinha Seabra Rezende, que é a Relatora. *(Pausa.)*

Concedo a palavra à Deputada Raquel Muniz.

A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - É uma fala rápida, Sr. Presidente, já que falei inicialmente.

Quero agradecer ao Elias e ao François, à nossa Relatora, Deputada Professora Dorinha, ao Deputado Thiago Peixoto, na Presidência. É uma alegria ser autora desta PEC para tornar o FUNDEB perene. Quase a totalidade das pessoas que têm vindo participar deste importante debate fala da importância que é o FUNDEB e da sua permanência.

Ainda que haja algumas sugestões para aprimorar, e as acolhemos na nossa Comissão, quero agradecer a participação de V.Sas. nesta manhã.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Obrigado, Deputada Raquel. Com a palavra a nossa Relatora, Professora Dorinha Seabra.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Bom dia. Quero agradecer a atenção. Sei das ocupações de cada um e agradeço por terem vindo discutir conosco. Estamos nesse processo, em termos de construção de audiências públicas, bastante plural.

Nós fizemos um plano de trabalho com uma participação muito variada, na verdade, o que dificulta muito, inclusive, na construção de um texto. Mas, o objetivo central, lógico, foi apresentado em um texto pela Deputada Raquel. Esse texto está aberto para uma construção que seja a melhor possível, entendendo os avanços que tivemos na educação.

Eu sou do tempo em que não havia FUNDEF. Surgiu o FUNDEF e, depois, a transição para o FUNDEB. Fui Secretária de Estado de Educação do Tocantins por quase 10 anos, pegando essas duas situações em um Estado da Região Norte, que, ao mesmo tempo, é um Estado que não tinha passivo, mas, ao ser dividido com Goiás, também herdou professores daquela região.



Nossa preocupação, como bem colocado pelo Prefeito que representa a Frente Nacional de Prefeitos, é que algumas demandas por serviços não temos como construir sem a segurança de um financiamento. É uma das nossas preocupações com o ensino médio, com a reforma que foi feita, que estabelece a possibilidade de financiamento, mas temporário.

Depois de o sistema ter criado determinadas demandas, aquele serviço está criado e estabelecido. Não adianta dizer que o financiamento que viria não vem mais. A demanda está criada, e o elo principal está no Município, que atende diretamente o cidadão. A preocupação da Deputada Raquel em tornar isso presente na Constituição tem esse objetivo. Logicamente que a PEC não pode tratar de todos os detalhes, haverá uma lei que vai fazer a regulamentação. Acho que é pertinente a presença de representação dos gestores.

Eu fiz parte da primeira Comissão Tripartite. Era, na verdade, eu, como Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED; a Pilar, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME; e o Ministro Fernando Haddad. Depois, as representações regionais foram incluídas.

Mas sempre há essa preocupação, porque quem tem a caneta, o mandato, são os Prefeitos e Governadores. Os Secretários têm um envolvimento direto, pagam alto por isso, pagam com seu CPF pelo que fazem e o que, às vezes, deixam de fazer. Mas são os gestores. Acho que é muito importante pensar, provavelmente, na lei de regulamentação. Não sei se conseguimos trabalhar isso no texto. Mas a participação, sim, é uma boa lembrança.

De maneira geral, existe um consenso das participações aqui — com exceção da vinda, que ainda não tivemos, do Governo nem da área da Fazenda nem do próprio Ministério da Educação —, de que é preciso uma maior representação, sim, da União.

No período do FUNDEF, isso era arbitrado pelo Ministro, na época, quando definia os *per capita*s. E a contribuição da União foi só encolhendo. Quando, na luta do FUNDEB, a tentativa foi de definir, pelo menos, um percentual fixo que é mínimo, que poderia ter aumentado. Mas estamos sempre dentro dos 10%. Essa complementação não consegue sair da Região Nordeste.



Foi dito pelo Françaõis que, na Região Norte, um Estado tem recebido complementação em alguns anos. Inclusive, esse Estado ficou de fora. E temos um desafio que é também a grande desigualdade em Estados ditos ricos.

A conta dessa diferença nos Estados fica para a redistribuição interna. O Françaõis abordou as perdas, mas, na verdade, são redistribuições. Ela é perda para um Município, é perda para o Estado e foi para outro Município que recebe essa complementação dos seus parceiros no Estado.

Então, nosso maior desafio é também pensar nesse problema, que não sei se vamos conseguir resolver, entendendo que, mesmo em Estados ricos, a União deveria complementar. E o piso não poderia ter a complementação limitada aos 10% que a União hoje coloca. Às vezes, o Município não recebe a complementação do FUNDEB, mas precisa de complementação para conseguir garantir uma carreira que vá além do piso.

Hoje, o piso está se tornando um teto, achatando as carreiras, trazendo um forte embate em Estados e Municípios, entre os sindicatos e os gestores, como se houvesse uma má vontade do gestor. Na verdade, falta dinheiro, porque, na maioria dos casos, a carreira é pesada, montada com uma série de aumentos que acontecem com passagem de tempo. Naturalmente, a carreira vai ficando pesada, porque aumenta, em determinados anos, a formação, mas também só o tempo de trabalho. Isso tem levado, em muitos Estados e vários Municípios, eu creio — talvez eu tenha até dados que possam nos ajudar —, o FUNDEB a ser comprometido quase que unicamente com o pagamento de salários, que, em muitos casos, nem têm sido suficientes.

Falo do meu próprio Estado, que é um Estado novo. Temos um fundo para aposentadoria cujos aposentados não estão na folha da educação. Então, imagino as dificuldades dos outros Estados que ainda têm aposentados na folha. Já há vários anos o Estado não está conseguindo garantir data-base para os servidores da educação. Isso tudo tem aparecido.

Quanto ao novo ensino médio, criou-se uma banda em relação a essa questão do concomitante e do profissionalizante. E vou fazer uma pergunta para que V.Sas. possam contribuir. Nossa ideia é que não haja tantas divisões, porque há 17, 18 bandas de divisão *per capita* e, na verdade, para os gestores, não há uma



vinculação da aplicação do retorno naquela modalidade de atendimento. Então, têm aparecido essas sugestões de não haver tantas bandas *per capita*s diferenciadas.

Outra sugestão que tem surgido é relativa às áreas prioritárias. Quanto a isso, faço uma pergunta diretamente ao representante, embora o François possa respondê-la também.

Hoje, existem casos de Municípios que têm turmas de ensino médio e não recebem nada por isso. Os Estados que têm convênios e ainda não conseguiram deixar de oferecer educação infantil estão na mesma situação. Nós sabemos que os custos do ensino médio e da educação infantil não são cobertos pela distribuição de recursos *per capita* do FUNDEB. E há ainda o problema da área prioritária de atendimento.

Nesta semana mesmo, atendi um Prefeito de um Município onde a única escola que existe é a mantida pela Prefeitura. E é muito mais barato para ele manter turmas de ensino médio lá naquela escola do que transportar os alunos para a cidade, além do que os meninos ficariam horas e horas dentro do ônibus. E ele disse: *“Eu não tenho ajuda em nada. Não tenho ajuda no transporte, nem na alimentação, nem com os professores, porque os alunos estão numa escola municipal”*. Eu sugeri a ele um convênio e que, no Censo Escolar, esses alunos pudessem ser contabilizados como estudantes do Município, mas, em algumas situações, existem problemas políticos e, em outras situações, há problemas operacionais mesmo.

Então, pergunto que possibilidades os Municípios teriam para lidar com essa situação, que deveria ser uma exceção, logicamente. Inclusive, em alguns casos, o próprio Estado também continua oferecendo educação infantil, que ainda é uma demanda não atendida, principalmente na fase de 0 a 3 anos.

Eu queria que o Prefeito Elias pudesse falar um pouquinho sobre o debate relativo ao Conselho de Acompanhamento e Controle Social - CAC. Eu fiquei um pouco confusa com a ideia.

Nós ainda estamos aguardando o Ministério da Educação definir o formato e o desenho, mas a proposta é o CAC definir padrões para educação básica como um todo, estabelecendo com quanto recurso a União, os Estados e os Municípios entram. E, naqueles casos em que o dinheiro for insuficiente, está assegurada na lei



a complementação pela União. Por isso, a nossa necessidade é de trabalhar junto com o FUNDEB, o que precisa ser assegurado, porque existem limitações financeiras, tetos.

Houve uma fala, se não me engano, em relação ao Fundo de Participação dos Municípios e a um possível prejuízo. Eu sei que alguns Municípios que estão bem perto da banda de mudança recebem pelo valor inicial. Então, na verdade, há prejuízo e peso naqueles Municípios enquadrados no coeficiente 0.6 do FPM, que já estão quase mudando para 0.9 ou para 1 — não sei qual é a próxima banda —, porque atendem uma demanda muito grande com um recurso menor. E ficou claro também, sabemos disso, que o crescimento da demanda por saúde gera uma pressão muito além do mínimo e tem obrigado o Município, em muitas situações, a ficar mais apertado do ponto de vista dessas duas áreas estratégicas aqui tratadas e com limitação, em razão da obrigatoriedade de aplicação.

Também achei muito interessantes os dados do Observatório de Informações Municipais — e gostaríamos de receber aqueles que puderem nos ser passados — em relação à diferença enorme entre o aumento percentual do financiamento e o aumento muito maior, ao mesmo tempo, das demandas, ou seja, da pressão muito maior em relação ao atendimento.

Lembro ainda que o Ministério Público fica no pé — ninguém mencionou, mas eu sei o que é isso — no que se refere ao transporte escolar. Quando nós começamos, em 2000, 2005, 2006, não havia a obrigatoriedade de o transporte escolar ir à porta do aluno. Em muitas situações, o carro tem que buscar 1 aluno, porque o pai já não pode levá-lo para um ponto da rota em que haveria o atendimento. Sem contar que, na parte do atendimento, embora a oferta de creches não seja obrigatória, muitas vezes, ocorre a judicialização, e o Municípios são obrigados a disponibilizar o serviço.

O senhor também fez uma menção à judicialização, e eu gostaria que pudesse esclarecê-la um pouquinho. Entendi que o senhor se referia à saúde, mas a situação leva a um comprometimento não esperado dos recursos disponíveis para o Município.

Algo que foi mencionado pelo François é tema de uma pergunta que eu ia fazer para a representação dos Prefeitos. Trago o assunto porque a entrada de



novas fontes também tem aparecido como contribuição, em especial, das fontes que não compõem a cesta do FUNDEB, que são da arrecadação própria dos Municípios, como uma forma de reduzir desigualdades e injustiça.

Quero dizer ainda que, do nosso ponto de vista, está muito claro que é impossível manter o percentual de complementação da União em 10%. Isso tem que ser trabalhado, ainda que de maneira gradativa, obviamente. Não dá para conciliar custo por aluno, qualidade, aumento de responsabilidades, educação integral e todos os desafios do Plano Nacional de Educação e só o percentual da União continuar fixado em 10%, entendendo que a União concentra os recursos e os Municípios recebem muito menos do que enviam.

Então, quero deixar o pedido de que nos enviem, se houver, contribuições por escrito ou de outras fontes, dados que nos ajudem a construir propostas, porque estamos vivendo um contexto em que sabemos que a luta com a União, com a área fazendária e tributária, não vai ser fácil. E precisamos avançar necessariamente para uma complementação maior da União ao FUNDEB, de forma amarrada ao CAC.

Essa complementação também deve estar amarrada ao desafio de os Municípios cumprirem a sua tarefa de enxugar a máquina. Eles não podem usar a educação como cabide de emprego ou ceder professores de maneira inadequada, o que vocês sabem que ainda acontece em alguns Municípios. A educação é vista como aquela área que tem muito dinheiro, e querem colocar muita coisa em sua conta. Então, eu entendo que esse ajuste tem que ser enfrentado, e deve ser cobrado dos Municípios que cumpram a sua parte.

Por outro lado, entendo que muitos Municípios fizeram isso, mas já chegaram ao seu limite. Eles já fizeram o seu esforço, mas chega a um ponto em que não há mais em que cortar.

Deixo o nosso agradecimento, mais uma vez, às contribuições de vocês para este debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Antes de passar a palavra aos Consultores, eu acho importante que esses pontos especificamente abordados



pela Deputada Dorinha sejam respondidos ou discutidos pelos nossos debatedores. Então, queria passar a palavra ao Sr. Elias Diniz.

O SR. ELIAS DINIZ - Deputada Professora Dorinha, eu acho que o caminho realmente é uma reflexão, porque essa situação é um tanto quanto complexa.

Na questão do Custo Aluno-Qualidade - CAQ, ao trabalhar o controle de qualidade envolvendo aluno e professor, eu vejo uma leitura simples de ser feita na matriz de conhecimento. Nós temos que valorizar e continuar investindo mais e mais no professor. Entretanto, como se qualifica, precisa-se obter o resultado: será que realmente foi absorvido ou não esse conhecimento?

Vou dar um exemplo. Segundo as habilidades e as competências, eu trabalhei o educador para que fizesse uso de um quadro interativo. De repente, esse professor está com todos os suportes ali necessários para trabalhar a Matemática, envolvendo uma apresentação, trabalhando o lado cognitivo da criança entre as múltiplas inteligências.

O professor poderia enxergar e utilizar esse aparelho, ampliando essa forma e a metodologia pedagógica. Entretanto, de repente, eu posso chegar lá e falar assim: *“Professor, ligue o notebook e o quadro interativo, faça uma apresentação que seja territorial, envolvendo todo o processo, e grave essa apresentação”*. Todavia, o professor não sabe fazer isso.

Quer dizer, o aluno teria muito mais entusiasmo em assistir à aula do professor, seja na Matemática, seja na História, seja nas Ciências, se o professor utilizasse essas bases tecnológicas, estimulando o aluno.

Muito mais do que isso, em algumas escolas, há laboratórios, principalmente por parte do Estado, que estão parados há mais de 2 anos sem utilização. Os senhores estão me entendendo? Eu estou com verdadeiros laboratórios parados há mais de 2 anos, sem utilização. Por quê? Porque não foram trabalhadas as habilidades e as competências do professor para utilizar esse recurso pedagógico.

Nós temos escolas que têm *tablets*. O professor poderia, então, trabalhar todo um processo de interatividade — pergunta e resposta — e, num minuto, ele teria o aproveitamento pedagógico em tempo real e faria uma análise da proposta pedagógica, se foi alcançada ou não. Ele teria condições de rever isso.



Precisamos, sim, de montar uma matriz de qualidade. Eu estou dando pequenos exemplos, mas, com essa leitura, a gente dá continuidade a esse processo.

Voltado para o transporte escolar, que eu não comentei, nós temos a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD, que, na realidade, tem a complementação específica do transporte escolar. Entretanto, há a outra parte, que envolve o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, também para o transporte escolar.

O que nós temos que fazer? Hoje, eu vou dar como referência o Estado de Minas Gerais, pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Nós temos que ter os nossos parceiros. Juntamente com a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, que é a concessionária de energia, foi feito todo um processo geoprocessado, com o controle de onde está o aluno e de qual rota deve ser feita, otimizando-se todo um processo.

Esse é um caminho, porque, se o gestor não trabalhar uma otimização de processo, ele não consegue complementar o recurso. Então, eu vejo que essas parcerias são excelentes. O Estado, a União, juntamente com a iniciativa privada ou pública, precisam de um Estado unido. E temos soluções que precisam ser aproveitadas em nossos aparelhos, com o custo baixíssimo.

Há rotas que eu vejo que são desnecessárias. Se de repente um aluno mudou de série, automaticamente se lança essa informação no sistema, que já mostra uma rota alternativa, otimizando-se em até 20% o seu custo operacional. Ou seja, temos que utilizar a tecnologia também do sistema geoprocessado. Com o sistema geoprocessado, também se vai buscar uma matriz de qualidade junto ao educando, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, que demonstra se estamos alcançando ou não a forma geográfica, para que se coloque uma equipe multidisciplinar para atender esses locais.

Ou seja, dessa forma, a Secretaria Municipal de Educação teria uma leitura ótica, dentro dos estudos geoprocessados, para dizer: *“Olha, o setor tal precisa analisar um pouco mais a proposta pedagógica que não foi alcançada”*. Esse é um dos procedimentos.



Voltando à judicialização, nós temos um alto índice de judicialização não só na área da saúde, mas também na educação. *“Olha, eu quero uma vaga para o meu filho na creche”* — e uma ordem judicial tem que ser cumprida e ponto final. E vira aquele remanejamento, sabe, Deputado Thiago Peixoto? Tem-se que ajustar para que realmente se absorva aquela solicitação.

Tributação. No que diz respeito à tributação, os Municípios passam por uma situação delicada, principalmente, os Municípios com menos de 10 mil habitantes. O que nós estamos fazendo nos Municípios de 50 mil a 100 mil habitantes?

Nós temos que rever nossa planta, voltando para o Imposto Predial e Territorial Urbano — IPTU. Quando se fala de tributação, o que o povo está respondendo? *“Olhem, chega de tributos! Nós não aguentamos mais o tributo”*. Isso acontece principalmente quando não se enxerga esse tributo voltando para a cidade.

Bom, voltando para a sua cidade, ele está voltando. Ele está voltando por meio da saúde, da atenção que eu estou dando para você na saúde, da atenção que eu estou dando para o seu filho na educação. Mas as pessoas querem o quê? Obras. Quando se fala de IPTU, é como se houvesse um vínculo direcionado: *“Olhem, eu quero uma infraestrutura melhor, eu quero asfalto, eu quero construção de outra ponte”*. Isso é algo delicado.

Mas e quando se fala de aumento do IPTU? Aumente o IPTU em 20% do seu Município. Bom, como nós temos que falar de gestão, eu preciso manter os aparelhos em funcionamento. O político hoje não pode pensar em reeleição, ele tem que pensar em gestão. Essa é regra básica, agora, do processo.

Para nós, o que nós vamos ter que fazer é o seguinte: deixar bem claro e envolver a sociedade naquilo que é de responsabilidade voltada para as metas, seja na educação, seja na saúde, seja na cultura, seja na ação social. Devemos deixar bem claro para a sociedade que nós temos que trabalhar e que isso gera um custo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Sr. Prefeito, desculpe-me incomodar. V.Exa. vai ter a oportunidade de falar de novo, mas quero só pedir para que conclua seu raciocínio.

O SR. ELIAS DINIZ - Concluindo, os nossos custos na área da saúde que estavam envolvidos na educação continuam crescendo. Existe um fundo, mas é



mínimo. Esporte? Nem se fala. E o esporte deveria entrar como complementação na área da saúde, como processo preventivo e interdisciplinar na educação.

E a ação social? A cada momento, um aparelho, que seja um Centro de Referência de Assistência Social — CRAS. Há exemplo: quatro aparelhos e recebe-se por um. O Município aguenta essa situação?

Bom, deixo aí a nossa discussão. Eu tenho certeza de que soluções virão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Obrigado, Sr. Prefeito.

Concedo a palavra ao Sr. François Eugene Jean de Bremaeker, por 3 minutos.

O SR. FRANÇOIS EUGENE JEAN DE BREMAEKER - Com relação ao fato de o ensino infantil ser mantido pelo Estado, nós temos que mudar a Constituição Federal. Esta dá ao Município a obrigação pelo ensino infantil e fundamental e, ao Estado, a obrigação pelo ensino fundamental e médio.

Em São Caetano do Sul, até existe uma universidade municipal mantida pelos recursos próprios do Município. Se o Estado mantém o infantil e o Município mantém o ensino médio, o problema é considerado como dele, que deve arcar com os custos. É como está a posição, a não ser que se mude a Constituição.

Com relação ao transporte escolar, acredito que, mais ou menos há uns 10 anos ou 12 anos — eu tenho a impressão de que eu estava quase para me aposentar do IBAN —, foi aprovada uma lei no Congresso, porque se dizia que havia sempre um embate de reclamações dos Municípios, porque pagavam o transporte escolar do Estado e tudo mais. Então, foi aprovada uma lei em que o art. 1º dizia que a responsabilidade do transporte dos alunos do Estado era do Estado, o art. 2º dizia que era responsabilidade do Município o transporte dos alunos do Município e o art. 3º dizia que os dois podiam dialogar para chegar a um acordo. Ou seja, não adiantou nada. Continua do mesmo jeito como estava. O Município acaba transportando aluno do Estado e não recebe nada em troca. Se não fizer, aparece na televisão matéria dizendo que o Município não transporta, que deixa o aluno parado e tudo mais.

Com relação a dados, eu vou poder passar essa base de dados que tem lá, que são bases de dados do Tesouro Nacional juntando com aqueles Municípios que faltam com dados do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em



Educação - SIOPE, que é a base do Ministério da Educação - MEC. E já foi deixado na Secretaria um trabalho escrito, que detalha um pouquinho mais essas coisas.

Com relação à saúde, só como um panorama, é preocupante em termos de recursos o que os Municípios vão receber por parte do Sistema Único de Saúde - SUS. A média, fazendo a inflação, dos recursos que vieram de 2014 a 2015 para os Municípios nos 10 principais programas do SUS, que envolvem 95% do dinheiro que os Municípios recebem do SUS, é menor do que o que foi repassado em 2016. E com a emenda do teto de gastos, muito embora se diga que para a educação e a saúde poderemos gastar um pouco mais etc..., fica aquela dúvida *“Vai gastar mesmo ou não vai?”* Provavelmente, nós estamos obviamente num repasse que produzirá só na área da educação um déficit bastante elevado, mais de 20 bilhões por ano. Então, se ficar por 20 anos, são 12 bilhões por ano, darão 240 bilhões. O estudo está até no próprio Observatório à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Obrigado, François.

Agora, vamos ouvir nossos Consultores da Comissão. O primeiro inscrito é o Paulo de Sena.

O SR. PAULO DE SENA - Obrigado, Presidente.

Boa tarde! Eu queria parabenizar os expositores. E em cima daquilo que o Prof. François colocou com relação às dificuldades eventuais dos Municípios menos populosos, alguns expositores em outras audiências públicas mencionaram a questão de um recurso importante para os Municípios, que é o Fundo de Participação dos Municípios - FPM, que tem um critério, vamos dizer assim, Robin Hood, mas que em alguma medida seria minimizado pelo critério do FUNDEB.

Nesse sentido, é claro que há racionalidade no critério do FUNDEB, que é uma matrícula. Mas talvez tenha uma questão de dosagem de calibragem, não é? Eu não sei se seria um caminho. É isso que eu queria perguntar para os expositores. Eventualmente, o estabelecimento de um teto de “perda” — vou falar perda entre aspas, como a Deputada Dorinha já falou — na transferência desses recursos do FPM para os Municípios menos populosos. Se eventualmente transferirem não 100% do que entre aspas “perderiam”, mas sei lá, 90%, 80%, alguma coisa a ser negociada no âmbito da Comissão Intergovernamental do FUNDEB ou da instância



de negociação federativa do Plano Nacional de Educação - PNE, que é outro espaço de negociação federativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Obrigado, Paulo.

Com a palavra agora o Ricardo.

O SR. RICARDO - Muito obrigado, Sr. Presidente. Queria saudar os nossos dois palestrantes.

A preocupação com certeza é potencializar o efeito redistributivo do FUNDEB, no seu aperfeiçoamento, de modo que cada vez mais exista equidade no atendimento educacional prestado às crianças e aos adolescentes brasileiros na educação básica.

De forma que o aporte de novos recursos é uma questão interessante a ser debatida como, por exemplo, a incorporação dos impostos municipais, os impostos próprios municipais. É uma questão polêmica, mas é uma questão que está posta na mesa.

Mas eu queria compartilhar com os senhores uma perplexidade, que é exatamente essa questão de... A redistribuição de recursos se faz entre Municípios. Então, Municípios menores, às vezes, estão enviando recursos via FUNDEB para os maiores, porque têm menos matrículas e os outros têm mais matrículas.

E nós temos aqui uma situação que nós estamos estudando e trabalhando os dados. Nós precisamos trabalhar em relação ao seguinte: os Municípios mais populosos são em geral os mais urbanizados. São aqueles, portanto, que têm mais receitas próprias. No entanto, são aqueles que apresentam o menor gasto por aluno em educação, quer dizer, conseguem investir menos por aluno. Então, nós temos uma situação particularmente peculiar. Municípios grandes têm uma maior população estudantil e a média que conseguem despender por aluno é menor.

Então, a preocupação com os Municípios menores é razoável. No entanto, eles têm menos alunos. Então, na média, eles conseguem investir mais por aluno do que os Municípios maiores.

Eu só queria compartilhar com os senhores os dados que nós estamos trabalhando, que dão uma complexidade ao tema, porque é onde está a maior parte da população que se tem o menor gasto médio por aluno. Então, essa é uma



questão que eu gostaria de compartilhar. Eu não sei se os senhores teriam algum comentário a nos ajudar nessa reflexão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Agora, vamos passar aqui às observações finais dos nossos convidados.

Com a palavra por 3 minutos o Prefeito Elias Diniz.

O SR. ELIAS DINIZ - Primeiramente, Paulo de Sena, o fundo de participação, conforme já foi reportado, a cada momento que passa é imprevisível. Trabalhar planejamento com imprevisibilidade é loucura. Não tem como nós termos esse cenário.

Agora, se nós tivéssemos de fato obtido o resultado da Lei Rouanet, o retorno que era no passado e hoje não existe, iria nos ajudar significativamente. Que dizer, são tributos que na verdade foram zerados para a educação. Vamos rever essa situação.

Ricardo, a questão dos aparelhos nos grandes centros é o dobro dos Municípios menores. Escolas que, na realidade, são previstas para 300 alunos, nos grandes centros têm 600 alunos, mil alunos. Você tem a otimização de processos. Quer dizer, são leituras diferentes. Com isso, você consegue diminuir o seu custo operacional.

Agora, o que me preocupa é o seguinte: daqui a pouco esses Municípios, principalmente os maiores, vão ter um problema, porque a pirâmide inverteu em termos do número de filhos por casal. Principalmente nos grandes centros, a curva está sendo inclinada de forma significativa. Então, essas escolas vão ser utilizadas para outros fins, porque o aparelho, voltado para o ensino infantil, não foi adaptado para isso. Com isso, é preciso desenhar um novo modelo. Mas aí há um custo maior com o transporte.

Agora, dentro dessa discussão que foi feita aqui com todos nós, há uma solução em médio e longo prazo. Precisamos trabalhar. Principalmente nós gestores vivemos um momento jamais visto: você planeja hoje, e amanhã o cenário é algo totalmente diferente; você faz um provisionamento em termos de receita para um aparelho, e de repente chega mais outro custo. Sabe, Professora Dorinha?



O gestor precisa ter uma leitura clara. Temos que criar desburocratização dentro do nosso processo no Estado. Para nós que viemos da iniciativa privada, sinceramente, a máquina pública hoje é um absurdo, é no mínimo 25% a 30% mais cara do que a da iniciativa privada.

Então, eu acho que nós precisamos rever esses quadros. E, dentro das bases tecnológicas, eu tenho certeza que será possível ajustar isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Obrigado, Elias.

Com a palavra agora o François.

O SR. FRANÇOIS EUGENE JEAN DE BREMAEKER - Com relação à fala do Paulo, poderia ser algo assim — sei lá, arbitrariamente: até determinado porte demográfico, em vez de contribuir com 20%, contribui com 10%, 15%, 16%, 17%, 18% ou 19%. Estabelecem-se umas faixas. E aí não cairia só no FPM, teria que cair em todos os recursos que são transferidos para o Município: ICMS, FPM, ITBI, ITCD, IPVA. Quer dizer, tudo que viesse teria uma gradação.

Essa seria outra hipótese também, embora eu ache que o imposto municipal é algo que já está aí e não criaria grande dúvida do que poderia vir.

Com relação ao Ricardo, existem situações e situações: situação com “s” minúsculo e situação com “S” maiúsculo. O fato de o Município ter um gasto *per capita* menor depende se ele tem 100% da manutenção do aluno na rede ou se ele tem só 20%, e o resto está com o Estado.

Niterói, por exemplo, comparando com São Gonçalo, tinha até um valor *per capita* alto, mas tinha 25% da rede, e 75% da rede do fundamental era do Estado. Já São Gonçalo, um Município vizinho, com mais de 1 milhão de habitantes e a menor receita *per capita* de Municípios de grande porte, tinha 100% da rede. Então, o valor *per capita* por aluno dele era mínimo.

Então, as coisas vão depender de quantos por cento estão com a rede, quanto o Município tem de arrecadação e quanto não tem, qual é a sua população. Varia muito. Cada caso, digamos, é um caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Desde que nós começamos as discussões aqui nesta Comissão, a Deputada Dorinha, a Relatora, sempre mostrou uma preocupação muito grande. E até insistimos muito para que



houvesse a participação dos Municípios, que, sem dúvida, como eu disse aqui anteriormente, são o elo mais frágil de toda essa cadeia do financiamento.

Sem dúvida alguma, esta é também uma grande oportunidade de vermos como o Governo Federal pode contribuir mais na distribuição do FUNDEB, já que todos os dados mostram que hoje existe, sim, uma distorção. Em primeiro lugar, há uma contribuição maior dos Municípios; em segundo lugar, há uma participação dos Estados; e, em terceiro e último lugar, há uma participação do Governo Federal. Mas, do ponto de vista de arrecadação, ocorre exatamente o contrário.

Então, nesse caso específico do FUNDEB, existe uma pirâmide inversa, onde quem tem maior concentração de recursos, quem arrecada mais, quem tem mais dinheiro é quem menos contribui.

Eu entendo que este vai ser um dos principais desafios desta Comissão, além de garantir a permanência do FUNDEB após 2020: estabelecer as condições para que haja distribuição adequada.

Esse debate, essa discussão é sempre muito difícil com o Governo Federal independentemente de governos, independentemente do Governo de plantão. Nós percebemos que, antes de se sentarem na cadeira de presidente ou de ministro, as pessoas têm um olhar mais sensível do que depois que se sentam. Então, acaba que esse debate fica difícil.

Esta Comissão tem a tarefa, a missão de tentar promover essa discussão, esse diálogo. O Ministro está atento a isso. Mas tenho certeza de que ele vai enfrentar dificuldades com a área da Fazenda e do Planejamento. Então, é um debate que não adianta simplesmente ocorrer no Ministério da Educação. Eu entendo que lá é o lugar mais simples de isso ocorrer, porque é o lugar mais sensível a essas mudanças. Mas, no Planejamento e na Fazenda, pelo momento que nós vivemos no País hoje, esse é um debate muito difícil.

Porém esta Comissão vai ter o dever de promover esse debate e de avançar nessa questão, para que haja uma distribuição mais justa, olhando de forma ainda mais especial para os nossos Municípios.

Outro dia eu tive uma reunião com o Ministro da Fazenda, o Henrique Meirelles, tratando de outro assunto. E, como ele sabe que eu fui Secretário de Educação em Goiás, sabe que esse é um tema de que eu participo bastante, veio



com aquele argumento de que, se você olhar os dados dos últimos anos, você vai ver que houve um aumento do investimento em educação no País, mas que não houve um retorno em termos de resultado. Eu falei para ele: *“Olha, pode ter até ocorrido um aumento em investimento na educação, mas não foi por parte do Governo Federal. Não é da sua carteira que está saindo esse recurso. Então, está na hora, talvez, de o Governo Federal dar a contrapartida, assim como os Municípios e os Estados estão dando”*.

Enfim, estou relatando isso para mostrar que é um debate difícil. Falta, de fato, melhoria da qualidade do gasto. Nós temos, sim, que gastar melhor, mas também não podemos fugir do debate de que faltam recursos.

Eu queria saber se a Deputada Dorinha e a Deputada Pollyana têm alguma observação a fazer nesse sentido. *(Pausa.)* Por favor, Deputada.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Sr. Presidente, na verdade, eu concordo em parte com o que foi dito.

Eu acho que o Prefeito Elias faz uma afirmação que tem a ver um pouco com uma questão que nós temos que enfrentar ou não. Não é fácil no Brasil a relação de proteção, que beira, eu entendo, até um desrespeito com o próprio professor, na medida em que podemos avaliar crianças na alfabetização, mas não podemos pensar em tratar de avaliação do professor. Não podemos sequer falar de algum tipo de acompanhamento, de monitoramento do professor, quando sabemos que todo profissional tem que ser acompanhado. Isso, na verdade, é terra proibida de debate.

Sabemos que a formação de professores é muito ruim. Esse é um tema antipático de lidar. E aí não estamos tratando de culpa, estamos tratando do fato de que o País precisa ter coragem de fazer esses enfrentamentos nas universidades.

A universidade tem a chamada autonomia. Mas ela prepara um professor que vai trabalhar com crianças do 1º ano ao 5º ano da seguinte forma: ele fica a vida inteira só estudando Filosofia, História, Sociologia, Psicologia, mas não é preparado em disciplinas como Português e Matemática, que ele vai ter que trabalhar em sala de aula, não é preparado para enfrentar uma alfabetização, que requer conhecimentos específicos. Esse é um lado que, acho, precisa ser enfrentado.

Outro lado que também entendo que é preciso enxergar é o de que houve um crescimento em termos de investimento, mas o nosso *per capita* de educação básica



ainda é muito baixo quando olhamos os outros países que investiram maciçamente em educação básica.

Como eu disse, defendo uma educação com cobranças, com fiscalização, com melhoria da formação, com respostas. Mas é preciso entender que a educação é um serviço público, e como tal precisa ser avaliada. Vocês imaginem, com as contas de energia altíssimas que pagamos, se, todos os dias, faltasse energia na sua casa ou houvesse um equipamento quebrado, porque a energia não está funcionando.

Então, precisamos enfrentar isso na saúde e na educação. Eu diria que o problema da saúde é tão grave quanto o da educação, por conta de um corporativismo que precisa ser enfrentado.

Eu queria dizer que, na verdade, embora haja o discurso de que temos muito dinheiro para a educação, temos que enfrentar o fato de que falta dinheiro, sim, para investimento sério, com responsabilização, com melhoria da estrutura. Há uma diferença muito grande — talvez o Observatório tenha dados bem concretos — de investimento entre Municípios mais ricos e Municípios mais pobres.

Também quebramos a cara muitas quando vemos escolas pobres, em lugares muito pobres, com excelente resultado. Às vezes, na avaliação individual se vê isto: a superação de uma escola que teria tudo para ser uma escola com resultado ruim. E, se formos olhar o que acontece, vamos ver que essa escola tem gestão, tem comprometimento, tem envolvimento.

Isso não quer dizer que não precisamos assegurar melhores condições de trabalho. Mas, se não houver investimento maciço, responsabilidade e comprometimento, só o dinheiro não poderá fazer milagres. Senão seria fácil. Mexer com escola não é fazer asfalto, não é como construir um prédio, que, se os engenheiros fizerem as contas certinhas, se houver materiais e solo adequados, dará certo.

Com a educação não é assim, com educação nós lidamos com gente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Muito obrigado, Deputada Dorinha.

Somos gratos pela participação dos nossos convidados.



O SR. FRANÇOIS EUGENE JEAN DE BREMAEKER - Posso falar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Pode fazer uma observação final aqui, François.

O SR. FRANÇOIS EUGENE JEAN DE BREMAEKER - Farei algumas rápidas observações.

Quanto àquela observação que o senhor fez sobre a disposição da União, lembro uma fala — vou citar o nome — do Arno Augustin, que já foi Secretário de Fazenda do Município de Porto Alegre, já foi Secretário de Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul e, depois, sentou-se no Tesouro Nacional. Uma vez, quando conversávamos, ele me disse assim: *“Agora estou na cadeira da União. Então, tenho que esquecer Estado e Município”*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Tinha que ser o contrário. Ele tinha que trazer a experiência dele para o Estado e para o Município. *(Riso.)*

O SR. FRANÇOIS EUGENE JEAN DE BREMAEKER - Outro ponto que foi levantado — eu tinha até conversado com o Paulo antes de vir para cá — é a preocupação com a reforma tributária. Ele disse que já existe uma preocupação sua com relação à reforma tributária, que parece que agora vai dar uma acelerada.

E o que vai acontecer? O ISS sai do Município e vai constituir o IVA? O que era o ICMS passa para o imposto seletivo, ou seja, 80% do ICMS passam para o imposto seletivo da União? A União vai estar disposta a repartir, para constituir o FPM? Ou será que a União vai dizer que, do Imposto de Renda ou outra coisa que ela tenha, em vez de 24,5% para o Município, passarão a ser 28%, mas guardará o imposto seletivo inteiro? Nessa repartição de recursos, o IPVA passa a ser integralmente do Município, e o ITCD também? Se for imposto municipal, já não entra mais na base para o FUNDEB?

Portanto, existem aí várias variáveis que podem interferir seriamente na parte financeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Obrigado, François.
Prefeito Elias, você quer fazer alguma observação? *(Pausa.)*



O SR. ELIAS DINIZ - É só uma observação. Eu disse “*Lei Rouanet*”, mas é Lei Kandir. Peço perdão. Eu falei da Lei Rouanet porque estava com a cultura no pensamento.

Ao mesmo tempo, quero aproveitar o momento para dizer sobre os recursos que poderiam vir para o Município, como forma de nós implementarmos alguns projetos. Isso está sendo uma dificuldade muito significativa, até mesmo porque é disponibilizado pelas empresas, principalmente dentro do Lucro Real. Dentro do Lucro Presumido e do SIMPLES, isso não se enquadra.

Ao mesmo tempo, poderíamos envolver as pessoas físicas, que nem sempre adotam isso. Quer dizer, as pessoas ficam naquela questão de pagar antecipado antes mesmo de fazerem a declaração. Não estão habituadas com essa metodologia.

No mais, eu queria parabenizar a Deputada Professora Dorinha. Acho que o projeto em si vem ao encontro das nossas necessidades. Agradeço também à Deputada Raquel Muniz, que sei que se desdobrou significativamente. Agradeço à Deputada Pollyana Gama e principalmente ao Deputado Thiago, que conduziu tão bem aqui esta audiência.

Espero que a Frente Nacional dos Prefeitos possa ter contribuído um pouco. Sei que há muito a discutir, que nós temos que fazer diversas discussões. Mas espero que essas solicitações possam fazer parte do rol da proposta, para que possamos dar continuidade ao FUNDEB.

Era isso. Mais uma vez, parabenizo o Deputado Thiago por conduzir tão bem os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Thiago Peixoto) - Muito obrigado, Prefeito.

Passemos agora à deliberação dos requerimentos.

Item 1. Requerimento nº 20, de 2017, do Sr. Átila Lira, que requer a realização de audiência pública da Comissão Especial para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 2015, que torna permanente o FUNDEB, com os seguintes convidados: Antonio Eugênio Cunha, Presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares — FENEP; Arthur Sperandéo, Presidente da Associação Nacional dos Centros Universitários — ANACEU; e Marcos de Barros Lisboa, economista e Diretor-Presidente do INSPER.



Item 2. Requerimento nº 22, de 2017, da Sra. Professora Dorinha Seabra Rezende, que requer a realização de audiência pública com a presença do Sr. César Callegari, educador e membro do Conselho Nacional da Educação; do Sr. Marcos Holanda, economista e professor universitário; do Sr. Eduardo Rios Neto, professor universitário; do Sr. Armando Amorim Simões, especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental; do Sr. João Marcelo Borges, economista e especialista em Educação; e do Sr. José Carlos Polo, economista e consultor de finanças públicas.

Em votação os requerimentos.

Os Srs. Deputados que aprovam os requerimentos permaneçam como se encontram, os que são contra queiram se manifestar. *(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente reunião. Antes, porém, convoco reunião ordinária para o dia 15 de agosto, às 10h30min, conforme pauta a ser divulgada.

Agradeço a presença e a participação de todos. Obrigado.

Declaro encerrada a reunião.